

# LETRAMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

\*Vivian C. Feitosa Lona

## RESUMO

O trabalho busca uma reflexão sobre alfabetização e letramento dentro da educação e fora dela, mostrando que a sociedade estabelece padrões de exigência, e que um indivíduo alfabetizado não é um indivíduo letrado. O indivíduo letrado e alfabetizado além de saber e escrever, responde adequadamente as demandas sociais da leitura e da escrita, posicionando-se para exercer a cidadania que a sociedade exige. A proposta de inclusão envolve a sociedade como um todo e precisa de condições objetivas para ser colocadas em prática. Portanto, letrar é mais que alfabetizar, mas não podemos separar os dois processos em que o aluno alfabetizado primeiro tem contato com o ensino das técnicas da leitura e da escrita – a alfabetização e o letramento – é o desenvolvendo das habilidades que envolvem o uso da escrita e da leitura. Nesse sentido procuramos mostrar o posicionamento de alguns autores sobre esse assunto, dando-nos uma visão mais ampla do tema letramento e inclusão social.

**Palavras-chave:** Letramento; Alfabetização; Inclusão; Sociedade.

## RESUMEN

El trabajo busca una reflexión sobre alfabetización y letra dentro de la educación y fuera de ella, mostrando que la sociedad establece patrones de exigencia, y que un individuo alfabetizado no es un individuo letrado. El individuo letrado y alfabetizado además de saber y escribir, responde adecuadamente las demandas sociales de la lectura y de la escritura, posicionándose para ejercer la ciudadanía que la sociedad exige. La propuesta de inclusión involucra a la sociedad como un todo y necesita condiciones objetivas para ser puesta en práctica. Por lo tanto, letrar es más que alfabetizar, pero no podemos separar los dos procesos en que el alumno alfabetizado primero tiene contacto con la enseñanza de las técnicas de lectura y escritura - la alfabetización y el letramento - es el desarrollo de las habilidades que involucran el uso de la utilización escritura y lectura. En ese sentido buscamos mostrar el posicionamiento de algunos autores sobre ese asunto, dándonos una visión más amplia del tema letra e inclusión social.

Palabras clave: Letrado; alfabetización, inclusión; Socieadad.

---

\* Graduada em letras vernáculas pela Universidade Estadual da Bahia; Especialista em Tutoria do Ensino à Distância – FINOM; Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Literatura- Faculdade de Santo Agostinho; Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales Dirección de Postgrados. Email: vivianfeitosalona@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

Saber ler e escrever, saber utilizar a leitura e a escrita nas diferentes situações do cotidiano, são necessidades tidas como inquestionáveis, tanto para o exercício pleno da cidadania, no plano individual, quanto para a medida do nível de desenvolvimento de uma nação, no nível sociocultural e político. É, portanto, dever do Estado proporcionar, por meio da educação o acesso de todos os cidadãos ao direito de aprender a ler e a escrever, como um dos objetivos de “inclusão social”, cultural, política e de construção da Democracia.

No Brasil, muitas têm sido as dificuldades para que se efetive plenamente esse dever ao Estado e direito do cidadão. E, para enfrentá-las não têm faltado iniciativas emergenciais e estruturais por parte do poder público e da sociedade civil brasileira.

O processo de escolarização, de pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE), encontra-se entre os desafios prementes da educação e, especialmente, da educação brasileira. A conjugação entre esse desafio e as possibilidades de emprego das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) no processo de formação dessas pessoas torna-se igualmente relevante, exigindo, assim, estudos que busquem o diálogo entre múltiplos saberes, a interação entre áreas disciplinares e suas decorrências para o desenvolvimento e aprendizagem de qualidade das PNEE.

Entretanto, o processo crescente de expansão e globalização do capital, ao intensificar as relações sociais recíprocas de interdependência entre sujeitos de classes sociais, comunidades, regiões e países diversos, produziram também novos processos de comunicação quanto aos seus meios e conteúdos. Trata-se de um processo comunicacional dotado de tamanha rapidez, de tal simultaneidade entre a produção e a recepção de grande número de informações que passou a exigir novos patamares de leitura e de escrita, denominados pelos estudiosos de letramento.

Alfabetização e Letramento são processos fundamentais para a inclusão social. Estes processos são considerados como condição indispensável para o domínio e compreensão da leitura e da escrita.

## **2 LETRAMENTO E INCLUSÃO SOCIAL: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**

Apesar de ser alvo de vários estudos, o conceito de letramento ainda não foi incluído em todos os dicionários, nem na linguagem da mídia, porque só recentemente conquistou admiradores no país.

Na década de 70, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), já havia recomendado o uso da expressão “analfabetismo funcional” para designar quem sabe apenas ler e escrever, sem conseguir utilizar essas técnicas no dia a dia. Na sociedade brasileira tal termo só passou a ser utilizado a partir de 1990.

No Brasil, não se considera alfabetizado quem apenas consegue escrever e ler seu próprio nome, como era no passado, mas quem sabe escrever um bilhete simples (estatística IBGE, 2000). De acordo com Soares (1998, p. 45-46):

Á medida que o analfabetismo vai sendo superando, que um número cada vez maior de pessoas aprende a ler e escrever, e à medida que, concomitantemente, a sociedade vai cada vez mais centrada na escrita (cada vez mais grafocêntrica), um novo fenômeno se evidencia; não basta aprender a ler e escrever, mas não necessariamente incorporam a prática da leitura e da escrita, não necessariamente adquirem para usar a leitura e a escrita, para envolver-se com práticas sociais de escrita...

Segundo Soares, enquanto a alfabetização dedica-se ao ensinar/aprender a ler e a escrever, o letramento consiste não apenas em saber ler e escrever, mas ao cultivo das atividades de leitura e escrita que respondem às demandas sociais de exercício destas práticas. Tratam-se, portanto, de ações pedagógicas que, embora distintas, processam de forma complementar e simultânea, de modo que possam ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e escrita, tornando-se o aluno ao mesmo tempo alfabetizado e letrado.

Uma dificuldade que essa concepção de letramento apresenta é de como diferenciar um alfabetizado de um letrado. Faz-se necessário retomar o pressuposto já explicitado de que o letramento comporta a dimensão individual do domínio técnico de ler e escrever – desenvolvido no âmbito da alfabetização – e a diminuição cultural, com um conjunto de atividades sociais que envolvem

a língua escrita e seu uso segundo o padrão das exigências de determinado contexto social. Pautando-se nessa concepção, pode-se distinguir o âmbito da aprendizagem da leitura e da escrita, que se refere à aquisição das habilidades de ler e escrever, e o âmbito que inclui a prática dessas habilidades em atividades significativas para a formação cultural, científica e ideológica do aprendiz.

Letramento é palavra recém chegada ao vocabulário de Educação e das Ciências Linguísticas: é na segunda metade dos anos 1980, portanto, que ela surge no discurso dos especialistas dessas áreas. Uma das primeiras ocorrências está no livro de Mary Kato, de 1986 (*No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, Editora Ática): a autora, logo no início do livro, p. 7, diz acreditar que a língua falada culta “é consequência do letramento”. Dois anos mais tarde, em 1988, no livro *Adultos não Alfabetizados: o avesso do avesso* (Editora Pontes), Ieda Verdiani Tfouni, no capítulo introdutório, distingue alfabetização de letramento: talvez seja esse o momento em que letramento ganha estatuto de termo técnico no léxico dos campos da Educação e das Ciências Linguísticas. Desde então a palavra se tornou mais frequente nos discursos dos especialistas, de tal forma que, em 1995, já figura em título de livro organizado por Ângela Kleiman: *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*.

Etmologicamente, a palavra *Literacy* vem do Latim *Littera* (“letra”), com o sufixo *cy*, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser. [...] Ou seja, *literacy* é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Implica neste conceito, está à ideia de que a escrita traz consequências sociais culturais, políticas, econômicas cognitivas, linguísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprende a usá-la. Em outras palavras: do ponto de vista individual, o aprender a ler e escrever – alfabetizar-se, deixar de ser analfabeto, tornar-se alfabetizado, adquirir a “tecnologia” do ler e escrever e envolver-se nas práticas sociais de leitura e escrita – têm consequências sobre o indivíduo, e altera seu “estado” ou “condição” que o indivíduo ou grupo social passam a ter, sob o impacto dessas mudanças, é que é designado *littera*.

### **3 LETRAMENTO E INCLUSÃO SOCIAL: sob o olhar e opiniões de alguns autores**

Segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1988, p. 88), “analfabeto é o que não sabe ler e escrever, ou seja, é o que vive no estado ou condição de quem não sabe ler e escrever”. Paulo Freire (2001, p. 76), pontua que “ser alfabetizado é tornar-se capaz de usar a leitura e a escrita como meio de tomar consciência da realidade e de transformá-la”.

Magda Soares, em Letramento: um tema em três gêneros (2010, p. 28) faz uma distinção entre alfabetização e letramento:

O indivíduo alfabetizado é aquele que sabe ler e escrever, entretanto, não é necessariamente um indivíduo letrado. Já o indivíduo letrado não é só aquele que sabe ler e escrever, mas que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita.

A partir das considerações de Magda Soares e Paulo Freire, percebemos que o letramento pode “libertar” o indivíduo de suas amarras ou agruras sociais, na medida em que este passa a fazer os usos sociais da leitura e da escrita. A alfabetização apenas não se faz satisfatória na sociedade contemporânea, pois ela não é suficiente para inserir o indivíduo no mercado de trabalho, de torná-lo cidadão, na acepção integral do termo, pois estará excluído das benesses de consumo e, conseqüentemente, da cidadania.

O ato de escrever palavras, como diria Paulo Freire é sempre posterior à leitura do mundo, sejam os educandos crianças ou adultos. A sociedade ocidental, desde tempos remotos, apresenta a escrita como centro, deixando os que não dominam como indivíduos de segunda categoria. Daí ser muito preocupante o fato de uma criança ou adolescente frequentar a escola mais de oito anos seguidos e sair sem domínio dessa habilidade.

O letramento leva o indivíduo a diferentes lugares, a partir do cotidiano dele, e não se realiza apenas no âmbito escolar, de maneira formal. Assim, percebemos que o letramento é uma condição, ou seja, um estado que envolve o indivíduo, que poderá ter muito mais facilidade de lutar por seus direitos sociais.

Soares (2010, p. 21) afirma que “letrar é mais do que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno, nesse processo não basta apenas juntar letras para formar palavras e reunir palavras para compor frases, deve-se compreender o que se lê assimilar diferentes tipos de textos e estabelecer relações entre eles”.

Para Ferreiro (2001, p. 98), as crianças iniciam o seu aprendizado de noções matemáticas, por exemplo, antes da escola, quando se dedicam a ordenar os objetos mais variados (classificando-os ou colocando-os em série). Iniciam seu aprendizado do uso social dos números participando de diversas situações de contagem e das atividades sociais relacionadas aos atos de comprar e vender.

No livro: “Letramento: um tema em três gêneros” de Soares, publicado em 2010, a autora exemplifica como um adulto pode ser até analfabeto, contudo, pode ser letrado, ou seja, ele não aprendeu a ler e escrever, porém utiliza a escrita para escrever uma carta através de outra pessoa alfabetizada, é bom enfatizar que é o próprio analfabeto que dita o texto, Lançando mão de sua vivência e de suas particularidades. Outro exemplo citado em seu livro, é de uma criança que, sem ser alfabetizada finge ler um livro, vai correndo o dedo na linha da escrita e faz entonações de narração da leitura, até com estilo, essa criança é letrada, porém não alfabetizada. Existem, porém, pessoas que apesar de alfabetizadas, apresentam grandes dificuldades para interpretar textos lidos.

Leal (2004, p.51) concorda com Soares quando diz: “[...] letramento não é uma abstração, ao contrário, é uma prática que se manifesta nas mais diferentes situações, nos diferentes atividades de vida das pessoas”.

Segundo Denise Pellegrini (Revista Nova Escola, 09/2001, edição 145), para ler e escrever de verdade não basta somente ensinar os códigos de leitura e escrita, relacionando sons às letras. É preciso tornar os estudantes capazes de compreender o significado dessa aprendizagem para usá-la no dia a dia de forma a atender as exigências da própria sociedade, em outras palavras, promover o letramento tanto quanto a alfabetização. O letramento dos alunos é importante para a conquista da cidadania, pois o indivíduo letrado é capaz de

se instruir por meio da leitura e de selecionar, entre muitas informações aquela que mais interessa a ele.

Kleiman (2005, p. 18), fala que,

O letramento é complexo, envolvendo muito mais do que uma habilidade (ou conjunto de habilidades) ou uma competência do sujeito que lê. Envolve múltiplas capacidades e conhecimentos, muitos dos quais não têm necessariamente relação com a leitura escolar, e sim com a leitura de mundo, visto que, o letramento inicia-se muito antes da alfabetização, ou seja, quando uma pessoa começa a interagir socialmente com práticas de letramento no seu mundo social.

Nas sociedades tecnológicas e industrializadas, a escrita é onipresente, ela integra cada momento de nosso cotidiano, construindo-se numa forma tão familiar em nossa realidade, que seu uso acaba passando despercebido para os grupos letrados. Para realizar uma atividade rotineira como uma compra no supermercado, por exemplo, escrevemos uma lista dos produtos que precisamos comprar, lá, já no local das compras, lemos e compramos rótulos, preços, datas de validade, ingredientes e cartazes promocionais, ainda usamos algum método para calcular e fazer contas e depois de tudo isso preenchemos um cheque. Essas atividades que, para um sujeito letrado, são apenas mais uma forma de se comunicar com os outros e de agir sobre o meio, são quase tão automáticas que não requerem, portanto, grandes esforços de concentração ou interpretação, porém representam um imenso obstáculo, para uma grande maioria de brasileiros não-escolarizados. Essa escrita ambiental e rotineira representa, entretanto, apenas uma das funções da escrita e da leitura, das mais básicas. O domínio de outros usos da escrita significa, por exemplo, o acesso a outros mundos públicos como o da mídia ou tecnologia, e através deles a possibilidade de acesso ao poder, daí estudos sobre o letramento que se volta para a transformação de ordem social.

Macedo (2007), afirmou que Paulo Freire, apesar de não usar o termo letramento, propõe uma prática educativa contextualizada, muito próxima do que propõem os autores que se baseiam na concepção de letramento sócio

histórico. Podemos perceber essa semelhança nas palavras de Freire em seu livro *Ação Cultural para a Libertação*:

Quanto aos outros o que põe em prática a minha prática que se esforcem por recriá-la, repensando também meu pensamento. E ao fazê-lo, que tenha em mente que nenhuma prática se dá no ar, mas num contexto, histórico, social, cultural, econômico, político, não necessariamente idêntico a outro contexto” (Freire, 1976, p. 17).

Nossa sociedade ainda vive permanentemente o desafio de propiciar total acesso às habilidades e práticas de leitura e escrita à maioria de sua população.

#### **4 LETRAMENTO E INCLUSÃO SOCIAL: níveis e habilidades de letramento e graus de instrução**

Ferraro, (2004) usa um critério que busca aproximar-se das medidas de letramento, é o estabelecimento de uma equivalência entre o nível de escolarização e a capacidade de fazer o uso efetivo competente da leitura e da escrita, ou seja, a relação entre o número de séries escolares concluídas pelos indivíduos com seu nível de letramento. Esse critério baseia-se no pressuposto de que, atingindo certo grau de instrução, o indivíduo terá não só adquirido a tecnologia da escrita das competências básicas necessárias ao uso das práticas sociais de leitura e de escrita, ou seja, terá se tornado letrado.

Ainda em relação ao critério de avaliação de níveis de letramento em função ao grau de instrução, são propostos três níveis de letramento: aos indivíduos com um a três anos de escolaridade é atribuído o nível 1 de letramento, descrito como a “ultrapassagem do analfabetismo” para aquisição do mínimo dos mínimos em termos de alfabetização e letramento; aos indivíduos com quatro a sete anos de escolaridade é atribuído o nível 2 de letramento, em que o domínio mínimo das práticas letradas terá sido alcançado, possibilitando a participação destes na vida social; finalmente, aos indivíduos com oito anos ou mais de escolaridade é atribuído o nível 3 de letramento, em que terão sido atingidas as competências letradas que



constituem o mínimo estabelecido para a educação básica tal como defendida constitucionalmente.

Do ponto de vista de Tfouni (2006, p. 23), não existe nas sociedades modernas o letramento “grau zero”, que equivaleria ao “iletramento”, o que existe de fato nas sociedades são “graus de letramento”, sem que isso pressuponha a sua inexistência. De um lado, existe nas sociedades o desenvolvimento correspondente científico e tecnológico, decorrente do letramento, e, existe também um desenvolvimento correspondente ao nível individual, ou de pequenos grupos sociais, que independe da alfabetização e escolarização. Assim, “letradas” seriam aquelas pessoas que sabem ler e escrever e “iletradas” poderia então, ser usado como sinônimo de analfabeto.

A cultura e os costumes de uma sociedade também devem ser considerados como níveis de letramento, pois tanto a escolarização é importante em uma determinada cultura, a luta por manter ritual e costumes em outras sociedades também deve ser valorizada, pois para ela, ali está o letramento, por exemplo, os rituais de algumas aldeias indígenas.

Soares focaliza o letramento em duas dimensões: a individual e a social. Quando o foco é posto na dimensão individual, o letramento é visto como um atributo pessoal, referindo-se à simples posse individual das tecnologias mentais complementares de ler e escrever. Já quando o foco desloca para a dimensão social, o letramento é visto como um fenômeno cultural, um conjunto de atividades sociais que envolvem a língua escrita, e de exigências sociais de uso da língua, na maioria das definições atuais de letramento, usa uma ou outra dessas duas dimensões é priorizada, pois a ênfase é dada ou nas habilidades individuais de ler e escrever ou nos usos, funções e propósitos da língua escrita no contexto social. Seja qual for a dimensão, ainda é preciso considerar a complexidade e a natureza desigual dessas duas dimensões do letramento. Não devemos considerar o letramento como uma característica que a pessoa tem ou não tem, temos que tentar identificar a prática real das habilidades, só assim poderia avaliar e medir os níveis de letramento, e não apenas simplesmente considerar o nível básico de “ser capaz de ler e escrever”.

Soares (2010, p. 112-117), nos dá três argumentos que justificam a necessidade de definir índices de letramento através de avaliação ou medição:

o primeiro indica o letramento como um fator básico de progresso de um país ou de uma comunidade: o segundo está intimamente ligado ao primeiro, pois revela as tendências e perspectivas em nível nacional e internacional, para confrontar a relevância do analfabetismo em diferentes regiões do mesmo país, comparando populações ou grupos, evidenciando desigualdades na aquisição do letramento, por fatores como idade, sexo, etnia, residência urbana ou rural, etc; e o terceiro argumento que indica a necessidade de avaliação e mediação do letramento, pelo fato de que seus índices são imprescindíveis tanto para a formulação de políticas quanto para o planejamento e implementação de programas não só para educacionais, mas de bem estar social.

Segundo Gontijo (2007, p. 55) esse níveis não podem ser vistos de maneira sequenciada ou inclusiva, mas deve-se reconhecer que cada um deles ressalta aspectos fundamentais para se entender o trabalho com a língua escrita. Por isso propõe pensar sobre inclusão da alfabetização “quando capacita indivíduos a utilizar a língua escrita com suas finalidades sociais e os tornam capazes de utilizar reflexivamente à escrita”.

Espera-se que a discussão sobre letramento possa continuar a influenciar as práticas de alfabetização na inclusão, no sentido de não reduzi-las ao ensino do código escrito, mas como bem alertam os autores já citados neste artigo, que os professores reconheçam a aprendizagem da escrita como prática social. Uma prática que ocorre em contextos específicos, que considera a escrita, a leitura e a oralidade nas suas especificidades, mas principalmente nas suas inter-relações.

#### **4 LETRAMENTO E INCLUSÃO SOCIAL: práticas e eventos de letramento e letramento escolar**

Para Heath, aput Macedo (2007), eventos de letramento são a interação e interpretação dos participantes de uma “peça de escrita” integrada em qualquer situação vividas por eles. Conclui, segundo Macedo (2005, p. 34), que, “o letramento passa ser um fenômeno situado dentro de contextos sociais e inter-relacionados com outros sistemas simbólicos, como o verbal, o visual e o gestual, assinalados por diferenças na distribuição de poder”.

Soares (2004, p. 105), concorda com Kleiman a respeito dos conceitos de eventos e práticas de letramento. Porém, há uma distinção entre ambos, é exclusivamente metodológica, mas interligadas, sendo que, o uso do conceito de práticas de letramento é que permite a interpretação dos eventos. Soares mostra ainda, a diferença entre eventos e práticas de letramento escolares e eventos e práticas de letramento sociais. Na escola eventos e práticas de letramento são planejados e instituídos, selecionando critérios pedagógicos, com objetivos pré-determinados, visando à aprendizagem e quase sempre conduzindo a atividade de avaliação, a escola de certa forma manipula as atividades de leitura e de escrita em relação aos seus usos sociais, criando seus próprios e peculiares eventos e práticas de letramento.

Evento de letramento é uma ocasião em que a fala se organiza ao redor de qualquer texto escrito, envolvendo sua compreensão e inclui características da vida social, por exemplo, discutir uma notícia do jornal com alguém, (KLEIMAN, 2005 p. 23).

O letramento não está restrito ao sistema escolar, na visão de Kleiman (1995), mas cabe a ele fundamentalmente, levar seus alunos a um processo ainda mais profundo nas práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita. Saber ler e escrever várias palavras, não é o bastante para capacitar o indivíduo, surge então, a necessidade de se letrar os sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem, e o educador deve estar capacitado e atualizado para responder as mudanças da sociedade, que se reflete em todos os setores, principalmente no setor educacional.

Kleiman (1995), ainda destaca alguns passos fundamentais para o desempenho do papel do “professor letrador”: investigar as práticas sociais que fazem parte do cotidiano do aluno, adequando-se à sala de aula e aos conteúdos a serem trabalhados; planejar ações visando ensinar para que sirva a linguagem escrita, e como o aluno poderá utilizá-la em diferentes contextos; desenvolver no aluno, através da leitura a interpretação e a produção de diferentes gêneros textuais, habilidades de leitura e escrita que funcione dentro da sociedade; incentivar o aluno a praticar socialmente a leitura e a escrita de forma descobridora, criativa, crítica, autônoma, já que a linguagem é interação e, como tal, requer a participação transformadora dos sujeitos sociais que a utilizam; reconhecimento por parte do professor, implicando assim o conhecimento

daquilo que o aluno já possui de conhecimento empírico, e respeitar, acima de tudo, esse conhecimento; não ser julgativo, mas desenvolver uma metodologia avaliativa com certa sensibilidade, atendo-se para a pluralidade de vozes, a variedade de discursos e linguagens diversas; avaliar de forma individual, levando em consideração as peculiaridades de cada indivíduo; trabalhar a percepção de seu próprio valor e promover a auto-estima e a alegria de conviver e cooperar; ativar mais seu intelecto, no ambiente de aprendizagem, ser professor aprendiz, tanto quanto seus educandos; e reconhecer a importância do letramento, abandonar os métodos de aprendizado repetitivo baseados na descontextualização.

O professor como agente de letramento, deve por meio de sua liderança, articular novas ações, mobilizando o aluno para fazer que não seja imediatamente aplicável ou funcional, mas que é socialmente relevante àquilo que vale a pena realmente ser aprendido, geralmente quando é dada ao aluno a oportunidade de mobilizar seus saberes e de ser ouvido, ele acaba superando não só as suas próprias expectativas, mas as do professor também.

Um dos objetivos da escola é possibilitar que os alunos participem das várias práticas sociais que se utilizem da leitura e da escrita na vida, de maneira ética, crítica e democrática.

## **5 LETRAMENTO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: história e legislação**

A educação de pessoas com necessidades especiais, que, tradicionalmente se pautava num modelo de atendimento clínico e segregado, tem se voltado, cada vez mais, para a chamada *Educação inclusiva*. Essa proposta preconiza que todos os alunos, mesmo aqueles em condições que afetam diretamente a aprendizagem – com deficiências sensoriais (surdez e cegueira), mental, cognitiva, e os transtornos severos de comportamento (autismo e psicose) – devem ter a possibilidade de integrar-se ao ensino regular, preferencialmente sem defasagem idade-série.

Sob esse enfoque, a Educação Especial que, por muito tempo configurou-se como um sistema de ensino à parte, deixa de ser responsável em atender aos educandos com necessidades especiais ou outras

problemáticas de aprendizagem servindo, a partir de agora, como suporte ao sistema regular para recebimento deste alunado.

*A Educação Inclusiva*, em suas diversas modalidades, é hoje proposta de intervenção amparada e fomentada pela legislação em vigor, e determinante das políticas públicas educacionais tanto em nível federal, quanto estadual e municipal.

Em âmbito federal, podemos citar, dentre outras iniciativas, o inciso III do artigo 208 da Constituição Brasileira que se refere ao atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades especiais, “preferencialmente na rede regular de ensino”, e a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994), na qual o Ministério da Educação (MEC) estabelece, como diretrizes da Educação Especial, apoiar o sistema regular de ensino ao financiamento de projetos institucionais que envolvam ações de prioridades e de integração. Essa mesma posição foi posteriormente reforçada na lei de Diretrizes e Bases 9394/96, (LDBEN, BRASIL, 1996) e recentemente, nas diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, p. 39-40), a educação básica deve fornecer condições aos educandos, em sua formação, para que possam exercer a cidadania de forma satisfatória. Conforme está escrito:

Art. 22º. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Conforme a LDBEN, a escola tem por função preparar o indivíduo para o exercício da cidadania, de modo que este possa dar respostas às demandas colocadas pela sociedade, fazendo com que este consiga romper as desigualdades apresentadas no decorrer de sua trajetória. Para isso ele precisa saber ler a “letra” e, obviamente, o “mundo”.

Sabe-se que a escola tem adquirido funções complementares na sociedade que não faziam parte de suas funções na sociedade, e não faziam parte de suas tarefas, o que a transforma em uma instituição de múltiplas funções, impedindo-as muitas vezes, de cumprir o seu papel central, que é alfabetizar, letrar e preparar o indivíduo para o exercício da cidadania.

Enquanto os países centrais desenvolvem sofisticadas tecnologias, no Brasil ainda temos problema com a alfabetização das crianças, sem falar no analfabetismo dos adultos conforme dados apresentados na pesquisa do Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional, INAF:

Apenas 26% da população brasileira de 15 a 64 anos somos plenamente alfabetizadas. Três quartos da nossa população não seriam capazes de ler e compreender um texto, (...) Na outra grande área do conhecimento, a matemática, a situação é igualmente desoladora: só 23%, segundo o mesmo INAF, conseguem resolver um problema matemático que envolva mais de uma operação, e apenas esse mesmo grupo tem capacidade pra entender gráfico e tabelas. (IOSCHPE, 2006, p. 104).

Apenas ocorrerão mudanças concretas no contexto social, se antes forem experimentadas mudanças nas condutas diárias das autoridades educacionais, de professores, alunos e da sociedade. Conforme Paulo Freire (2006. p. 98), “a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento”. Ou seja, sem o sentido da leitura e da escrita na escola, será cada vez mais difícil formar críticos, com capacidade para desmascarar, como diria Freire, a ideologia dominante. E outras tantas dimensões da vida humana são afetadas pela exclusão, embora atualmente a inserção de alunos com necessidades há de se destacar tecnicamente, dois modelos distintos em que a inserção é efetivada. Na maioria dos sistemas, utiliza-se uma combinação dos dois modelos:

No primeiro modelo, denominado de *integração* e que começou a ser implementado no Brasil desde o final da década de 1970, os alunos com necessidades especiais, geralmente oriundos do ensino especial, são inseridos na sala regular na medida em que demonstrem condições para acompanhar a turma, recebendo atendimento especializado paralelo, em horário alternativo, individualmente em sala de recursos. No segundo modelo, inclusão propriamente dita esses alunos, independentemente do tipo ou grau de comprometimento, devem ser matriculados diretamente no ensino regular, cabendo à escola se adaptar para atender às suas necessidades na própria classe regular.

O conceito de escola inclusiva de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial (BRASIL, 1998a), implica uma nova postura da escola comum que propõe, no projeto político-pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores, ações que favoreçam a integração social e a sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seu professor, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive para os educandos com necessidades especiais.

A Educação especial já não é mais concebida como um sistema educacional paralelo ou segregado, mas como um conjunto de medidas em que a escola regular põe em serviço de uma resposta adaptada à diversidade dos alunos. Nesse contexto, a instituição escolar passa a ser alvo de questionamentos e de conflitos, provavelmente, por expor a diversidade e o compartilhamento de interesses, contradições, expectativas e identidades.

No Brasil, a necessidade de pensar um currículo para a escola inclusiva foi oficializada a partir das medidas desenvolvidas junto à Secretaria Especial do Ministério da Educação com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998b). Nesse documento explicita-se o conceito de adaptações curriculares.

Desde cedo, os indivíduos menos favorecidos socialmente, vivenciam a ausência dos direitos sociais básicos de habitação, alimentação, escolarização, profissionalização e do respeito às diferenças raciais, sociais e de gênero. Ao invés de políticas voltadas para o interesse do povo, de uma educação de qualidade, o que temos são políticas assistencialistas que só fazem aumentar a pobreza e a desigualdade social, permitindo a perpetuação da exclusão social.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A formação de indivíduos autônomos, críticos, criativos e cuidadosos (Mathew Lipam 2000, p. 35), requer o desenvolvimento das ações comunicativas, reflexivas e conscientes sobre informações adquiridas e produzidas. Portanto faz-se necessário a reflexão e discussão sobre a

perspectiva adotada pela escola e pelos professores a respeito da alfabetização e do letramento.

Visto que a sociedade gira em torno da leitura e da escrita, compreende-se que estes processos são fatores de inclusão social, já que não basta que o indivíduo seja simplesmente alfabetizado, capaz de aprender e decodificar. Mas que o mesmo seja também letrado para que possa exercer às práticas sociais de leitura e escrita imposta pela sociedade.

Percebe-se que tudo que já foi feito é pouco, e que muita teoria e discussão não foram suficientes para mudar as estatísticas. A apropriação diferenciada de níveis de leitura e escrita concretiza-se a diferença entre os indivíduos, tornando-se fatores de inclusão na sociedade. Destacamos também que alguns autores consideram que o letramento inicia-se muito antes da alfabetização, ou seja, quando uma pessoa começa a interagir socialmente com as práticas sociais que fazem uso da leitura e da escrita, provando que não existe um nível zero de letramento.

Verificamos por meio desta pesquisa bibliográfica que, a grande maioria dos autores acredita que letramento não é um método, e sim uma prática, inseridas nas ações cotidianas da sociedade, havendo portanto, a necessidade de uma mudança nas propostas pedagógicas onde se possa alfabetizar/letrando, pois o processo de ensino aprendizagem da leitura e da escrita na escola, não pode ser visto como um mundo à parte e não ter a finalidade de preparar o sujeito para a realidade na qual se insere.

Averiguamos por meio desse levantamento teórico que a distância entre teoria e o que muitas vezes vemos na prática, poderia ser minimizada se houvesse uma conscientização maior por parte dos profissionais de ensino, a necessidade de se alfabetizar letrando, de acordo com a exigência da sociedade, e não fora disso, como acontece na maioria dos casos.

Portanto, acredita-se que a escola é indispensável para a assimilação e construção de uma cultura letrada e uma cidadania mais plena, exercida por todos.



## 7 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República do Brasil, 23 de dez. de 1996.**

BRASIL, **Conselho Nacional de Educação.** Parecer 27/2001. Aprovado em 2 de outubro de 2001. Brasília: CNEQCP, 2001.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez.

FERRARO, A. R, **História Quantitativa da Alfabetização no Brasil.** In: Letramento no Brasil, reflexões a partir no INAF 2001. (org) Vera Massagão – 2ª ed. – São Paulo: Globo, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessário à Prática Docente.** 31 ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

FREIRE, P. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. *Educação como prática para a liberdade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GONTIJO, F. **A pesquisa no dia a dia.** In: Língua Portuguesa. São Paulo: Escala Educacional.

IOSHIPE, Gustavo. “Falência da Educação Brasileira”. Revista Veja. São Paulo, ano 39, n. 29, p. 104-105, 26 Jul.2006a.

KLEIN, L. R. Alfabetização: **quem tem medo de ensinar.**

MACEDO, M. S. **Interações nas práticas de letramento – O uso do livro didático e da metodologia de projetos.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e pesquisa,** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SOARES, M. **Letramento e Escolarização,** In: Letramento no Brasil, reflexões a partir do INAF 2001 (org) Vera Ribeiro – 2ª ed. – São Paulo, Global, 2004.

\_\_\_\_\_, **Alfabetização e Letramento,** 5ª ed., São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_, Letramento: **um tema em três gêneros.** 4ª ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

TFOUNI, L. V. **Letramento e Alfabetização.** 8ª Ed. São Paulo, Cortez, 2006, - (Coleção Questões da Nossa Época; v. 47).